

Por uma Extensão Comunitária!

Manifesto dos territórios, dos coletivos negros e dos coletivos de extensão da Unicamp

Na casa dos meus pais eu aprendo tudo que eu preciso para compreender quem eu sou, meu lugar no mundo e semear benefícios, em qualquer lugar que eu estiver no mundo ficarei bem enquanto eu estiver com meu território dentro de mim. (Provérbio Yorubá)

Nossa compreensão de território é a síntese material e imaterial da relação do povo com o espaço ancestral. Essas relações de confluência geram e preservam saberes, conhecimentos e tecnologias de bem social que são compartilhados como valor maior, pois para nós, a compreensão é o maior poder da humanidade.

A partir da conexão entre a terra, corpos, vidas, vivências, memórias e saberes é o que nos dá liberdade e autonomia para ser o que somos, pois carregamos em nós o que aprendemos “na casa de nossos pais”. Ao tecer esse provérbio em yorubá, reforçamos que o território nunca é construído sozinho, é a confluência entre a experiência de muitos de nós, os que já se foram, os que estão e os que virão, entre nossos mais velhos e nossos mais novos.

Dentro desta compreensão, estamos localizados nas Aldeias, nos Quilombos, nas Comunidades e nos Coletivos organizados em movimento pela terra e pela vida, pelas diferentes cosmovisões afro diaspóricas e originárias, reivindicando o nosso direito do saber fazer. Nos identificamos como .NOS, Parentes, Irmãos e a Maioria.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e

sua qualificação para o trabalho. (Artigo 205 da Constituição Federal)

Nos pouco mais de 200 anos de ensino superior no Brasil, em decorrência das pressões e luta dos movimentos sociais por democratização do acesso às universidades, gradualmente, a legislação educacional foi registrando uma transformação no perfil das academias, principalmente depois da conquista por cotas étnico-raciais. Porém, o quanto essa mudança se reflete na prática e pensar acadêmico?

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 207, é estabelecido que as Universidades, por meio da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre o tripé Universitário: ensino, pesquisa e extensão. No entanto, a pretendida indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão não se verifica na prática e a produção científica, muitas vezes, distanciada das demandas sociais.

O ensino superior tem entre suas finalidades “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”; bem como “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

A instituição universitária brasileira que existe hoje é fruto do seu tempo histórico e carrega na sua trajetória as marcas das disputas sociais em torno do que define o projeto de Universidade. Sendo assim, a extensão universitária também é um terreno de disputa. Quando afirmamos isso, não só reconhecemos o legado histórico do Movimento Negro, Movimento Indígena, Movimento de Córdoba, Movimento Estudantil latino-americano, Movimento do Campo, Movimento LGBTQIA+ e Movimento das Favelas em torno do projeto de universidade e da Extensão no século passado, mas afirmamos que, hoje, a partir da curricularização dessas atividades, abre-se um novo cenário de disputa pelo seu sentido.

Diante do cenário de curricularização da extensão, as universidades passam a considerar como Extensão Universitária um conjunto muito amplo e distinto de atividades. Entre elas: venda de cursos ministrados por docentes, a preços exorbitantes; participação em projetos de parcerias com empresas; estágios; organização de quaisquer eventos abertos à comunidade; participação em Empresas Juniores; participação em centros acadêmicos, atléticas e quaisquer organizações universitárias; além da participação em ONGs e outros projetos de cunho social.

Todas essas atividades são consideradas extensão partindo do princípio que todas atingem a sociedade para além da universidade de alguma forma. No entanto, propomos uma provocação: **qual o sentido que queremos dar para a extensão?**

Extensões universitárias que apenas se propõem a vender ou divulgar cursos para a comunidade reforçam a ideia de que as universidades são os centros detentores de todo conhecimento e únicos responsáveis pela sua transferência para a sociedade. Desse modo, as ações começam com o intuito de divulgar os aprendizados nos territórios, entretanto, ocorre o processo inverso: a apropriação do conhecimento. Quando apropriado o conhecimento dos territórios, a universidade gera um processo de apagamento, sintetização e epistemicídio do saber.

O epistemicídio implica um processo persistente de indigência cultural; [...]. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta. (Sueli Carneiro)

A Extensão Universitária deve ser pensada a partir do que é proposto pelos territórios e movimentos sociais: **uma potente ferramenta de ação em que a partir da produção de conhecimento, tecnologia e cultura, busca promover a autonomia dos territórios, o desenvolvimento sustentável e a**

transformação social. Aliada às comunidades, aos setores populares e suas demandas, buscam repensar a sociedade e a universidade, articulando o saber técnico-científico e as culturas populares, orientado pelo bem estar comum. A Extensão, que chamamos de Comunitária, tem a ver com **alianças**, com o processo de compreender a realidade juntos: territórios, trabalhadores e universidade ombro a ombro, para transformar a realidade a partir de demandas coletivas.

No entanto, mesmo dentro do âmbito “social” das extensões atuais, existem dois lados. De um lado, se posiciona uma extensão assistencialista, apartada das questões políticas candentes do nosso tempo, que prioriza a entrega de conhecimento hierarquizado, colocando a universidade como o local privilegiado de construção de saberes. Não é que a academia não deva socializar os conhecimentos que tem historicamente acumulados na universidade ou que não exista uma importância em projetos assistencialistas que visam amenizar problemas momentâneos da população, mas estes são rasos na resolução dos problemas, acríticos, não propõem soluções permanentes e não trabalham com uma reciprocidade entre segmentos da sociedade e universidade, em um processo de construção de conhecimento coletivo.

A professora Laís Fraga, em seu artigo "Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira" comenta sobre como a ideia de transferência de conhecimento está no fato de as classes populares serem consideradas como público alvo (e às vezes até como **clientes**) e não como **sujeitos ativos da extensão**.

A visão que se tem do conhecimento é um divisor de águas [no conceito de extensão], onde de um lado estão aqueles e aquelas que percebem a não neutralidade do conhecimento e que, por isso, são capazes de propiciar espaços de negociação entre diferentes saberes para que a voz das classes populares se materialize nas soluções encontradas, no conhecimento inevitavelmente produzido nesse processo e, inclusive, na

formulação do problema a ser enfrentado. Do outro lado, estão aqueles que, tendo como fundamento a ideia de que o que falta aos trabalhadores é a capacitação, transferem conhecimentos, ignorando essa negociação e levando a cabo a invasão cultural de que falava Paulo Freire e, mantêm uma relação de tutela entre universidade e classes populares.
(Lais Fraga)

Do outro lado, do nosso lado, apresenta-se a extensão que os territórios propõem à Universidade, focada na parceria, no diálogo, no respeito, na autonomia dos territórios e comunidades, na construção coletiva de saberes e de um outro projeto de sociedade. Uma Extensão que não se separa das questões políticas dos territórios onde ela está inserida, que se reivindica e quer construir conhecimentos aquilombados, aldeados, anti-racistas, anti-machistas, anti-LGBTfóbicos e com consciência de classe dentro e fora das universidades, que visa uma universidade envolvida com o povo.

Ela me disse que seu maior desejo era se aprofundar mais na cultura afro, e eu disse a ela que o meu era me aprofundar mais na cultura indígena. Então ela disse: "Como vamos fazer isso?". Lembrei que estava chovendo e disse: "Pelas transfluências! Como um rio de água doce no Brasil conflui com um rio de água doce no continente africano? Pela chuva! A água doce evapora aqui e, para evitar se tomar salgada no mar, caminha pelas nuvens e cai na África. Isso é a composição da confluência. (Nego Bispo)

A Extensão Comunitária é interdisciplinar e transdisciplinar pela confluência. Ela não está apenas em uma área do saber ou território. Ela abraça todos os saber-fazeres porque reconhece que os profundos problemas

e desafios que encontramos na sociedade só serão resolvidos a partir da colaboração entre diversas áreas e pessoas. Quando pensamos na palavra “extensão”, ela é tudo que ocupa um lugar no espaço. Os territórios já ocupados por povos tradicionais, indígenas, quilombolas, povos de terreiro, sistemas agroflorestais, já realizam a prática da extensão, ocupando seu lugar na cultura e ancestralidade.

Os povos negros constroem suas próprias literaturas em seus corpos, conforme o conceito de “oralitura” trazido por Leda Maria Martins. As danças, os gestos, os movimentos carregam todo o arcabouço civilizatório de um passado ancestral que aponta para o futuro. Futuro que é ameaçado pelas mudanças climáticas provocadas pelo chamado Antropoceno, promovido por uma cultura de guerra e domínio. Os povos ditos tradicionais olham para o passado projetando o futuro, como diz Ailton Krenak em “Ideias para adiar o fim do mundo”: quando a montanha tem humor, ela é um ancestral e não um recurso.=

Entendemos a universidade como um possível local de construção de conhecimento. Se a universidade quer conhecer os territórios e os territórios querem conhecer a universidade, que isso aconteça pela confluência da água da chuva e não pelo fogo do domínio. Ou seja, que não nos sujeitamos aos vícios da história, onde houve processos que impediram que as culturas afro-pindorâmicas nas américas florescessem com os conhecimentos autônomos, e esses processos culminaram no que hoje são as desigualdades sociais e étnico-raciais.

Acreditamos que a Extensão Comunitária pode trazer força para o movimento científico brasileiro como um espaço que entende a diversidade do Brasil, por considerar e confluir com a produção de conhecimento ocorrida nos territórios comunitários.

As ações coletivas civilizatórias, enraizadas em seus territórios, promovidas por quilombos, terreiros, aldeias indígenas, sistemas agroflorestais, entre outros grupos, acontecem a despeito do descaso institucional e muitas vezes ainda precisa transpor barreiras para simplesmente existir, como se proteger da máquina de ódio e intolerância que ganhou força nos últimos anos e do avanço violento do agronegócio e da especulação imobiliária. Compreendemos que a universidade pode ser uma

importante parceira para que possamos atingir um objetivo comum que é um mundo onde o valor mais importante seja o conhecimento e bem estar social, nesse sentido, é imprescindível o respaldo material e institucional para esses coletivos e ações.

A confluência dos saberes tradicionais e acadêmicos não é inédita e, a despeito de resistências e ataques racistas, continua se aprofundando pelo acesso de pessoas negras e indígenas ao ensino superior. As mudanças e conquistas são um movimento nacional, com diversos casos de reconhecimento das universidades a partir de títulos a indivíduos de destaque dos movimentos sociais e territórios. Um bom exemplo disso é o Programa *Saberes Tradicionais* da UFMG, projeto que promove a transfluência de epistemologias, inclusive reconhecendo com título *honoris saber* diversos mestres das culturas ancestrais. Desejamos que reconhecimentos como esse deixem de ser eventos pontuais e passem a ser parte do cotidiano de modo que possa tornar o reconhecimento individual (*honoris causa/saber*) para um reconhecimento coletivo (núcleo de formação continuada nos territórios) que potencializaria pessoas de que estão fora da universidade, mas enraizadas no território. Esse movimento traria uma outra maneira de pensar a ciência no Brasil, visto a incomparável diversidade étnica e quão potente é a confluência dos seus saberes.

Porém, quando tratamos de extensões universitárias, raramente percebemos essa confluência, pelo contrário, vemos parcerias com empresas privadas no âmbito do ensino, da pesquisa e também da extensão, enquanto o conhecimento produzido se distancia da realidade social do país e se nega o debate e a reflexão sobre **por quê** e, principalmente, **para quem fazer ciência na universidade**. Portanto, a extensão em que acreditamos é diversa, trabalha com diferentes grupos e conhecimentos que emergem da experiência cotidiana nas territorialidades, que se entende necessário à transformação social, carregando elementos diferentes do conhecimento científico reconhecido pela universidade. Quando a universidade conflui com o território, respeitando e reconhecendo suas práticas ancestrais, temos um processo que não é simplesmente aprofundamento e sim enraizamento.

A Extensão Comunitária tem seus próprios métodos, científicos sim, mas que não podem ser resumidos apenas à observação positivista. Os nossos métodos são **participativos**, onde o extensionista e a comunidade são

reconhecidos como sujeitos e não apenas como o binômio observador-objeto de pesquisa. Nossos métodos estão fundamentados no envolvimento coletivo, dialogicidade e Educação Popular e Comunitária . Há o compromisso de construir uma educação problematizadora, ou seja: um esforço permanente pelo qual as pessoas vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo *com que* e *em que* se encontram para, assim, transformá-lo. A Extensão Comunitária, portanto, se contrapõe à educação dominante, seus métodos alienantes e o interesse de nos tornar submissivos.

Não nos interessa a mera transmissão de um conteúdo. Não nos interessa a lógica que se estabelece de “alguém estende algo *a* ou *até* alguém, que o recebe passivamente”. Não nos interessa o messianismo por trás de algumas ações extensionistas. Acreditamos que nossa tarefa é sempre a de educar e educar-se (uma coisa sendo inseparável da outra), a de estabelecer diálogos, de somar-se às lutas comunitárias e de, coletivamente, imaginar novas possibilidades de mundo. Nossa tarefa deve ser a busca pelo encontro de *sujeitos* — e não um encontro de *sujeito e objeto*. Ou seja, a construção de relações confluentes.

Portanto, reivindicamos em conjunto, como territórios, coletivos e grupos de Extensão Comunitária:

1. Reconhecimento da Extensão Comunitária, a partir das definições aqui apresentadas, como o modelo de Extensão Universitária a ser seguido pela Universidade;
 - a. Que as parcerias sejam construídas de forma Sedesburocratizada e confluyente com os territórios. Essas parcerias devem garantir que os territórios são autônomos em suas produções;
 - b. Que a universidade reconheça institucionalmente e apoie às ações já realizadas nos territórios por coletivos locais, dentre: terreiros de religiões africanas e afro-brasileiras, aldeias indígenas, quilombos, escolas de samba, casas de cultura, coletivos LGBTQIA+, festividades, sistemas agroflorestais e outros coletivos enraizados historicamente em seus territórios;
 - c. Que seja direcionado recursos financeiros, humanos e tecnológicos aos territórios. Garantia de estrutura para

fortalecimento da parceria com a Universidade na produção de conhecimento;

- d. Que a carga horária dos cursos destinada a práticas de extensão seja comunitária, incentivando a criação e o envolvimento em atividades dessa natureza;
 - e. Que as Empresas Juniores (EJs), Centros Acadêmicos e Atléticas não contabilizem horas de práticas de extensão, visto que, além de incompatível com o conceito de extensão pelos motivos explicitados, a possibilidade de cumprir horas nessas enfraquece e desencoraja a participação em projetos de Extensão Comunitária.
2. Maior divulgação, financiamento e transparência aos projetos de Extensão Comunitária;
 - a. Abertura de mais bolsas de Extensão;
 - b. Aumento dos valores das bolsas;
 - c. Criação de políticas que garantam recursos de forma adequada aos projetos de Extensão Comunitária, não nos limitando a editais que privilegiam a transferência de recursos para alguns e não consideram as dinâmicas espontâneas da realidade dos territórios;
 - d. Os projetos devem produzir relatórios de trabalhos e resultados alcançados e não prestações e relatórios financeiros, sem exigência de Comprovantes de despesas (recibos, contratos, etc.);
 3. Suporte para a construção de um Seminário sobre Extensão Comunitária;
 4. Incorporação de critérios de participação em projetos de Extensão Comunitária para a progressão de carreira e contratação de professores e técnicos;

Assinam este Manifesto:

- Casa de Cultura Tainã/Rede Mocambos;
- Núcleo de Consciência Negra da Unicamp;
- Coletiva da ITCP/Unicamp;
- Coletivo Dínamo de Engenharia Popular;
- Comitê Estudantil de Solidariedade Popular;

Abril de 2024.

Referências:

BRASIL. Constituição federal. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Artigo 5º. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02/07/2021.

BRASIL. Código Civil. Lei Nº 9.394. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 02/07/2021.

SANTOS, Antonio Bispo dos. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: Anderson Ribeiro Oliva [et. al] (orgs.). Tecendo redes antirracistas. Autêntica Editora, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Letras, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar, 2023

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SILVEIRA FRAGA, Lais. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), [S. l.], p. 403-419, 3 ago. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200008>.

PAULA, João Antônio. A Extensão Universitária: história, conceito e propostas. Interfaces – Revista de Extensão, UFMG, Belo Horizonte, n. 1, p. 5-23, 2013.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Coletiva: reflexões sobre incubação e autogestão. Campinas, 2011.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Empírica: metodologia de incubação. Campinas, 2009.

SEKI, Allan Kenji e SIMAO, Caio Ragazzi Pauli. Por que "não" a uma EJ: o que é inconciliável entre a universidade pública e as empresas júniores?. Rev. Psicol., Organ. Trab. [online]. 2014, vol.14, n.4 [citado 2024-02-12], pp. 475-480 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1984-6657.